

Fotografia: Mariza Almeida



Trabalho intelectual e acadêmico: onde se “escondem” os riscos laborais?

Intellectual and academic work: looking for the hidden occupational hazards

Teresa Maneca Lima*

Resumo- O texto contém uma reflexão sobre os riscos laborais no trabalho intelectual e acadêmico, entendido como o trabalho desenvolvido ao nível da docência e da investigação no Ensino Superior. Partindo das mudanças verificadas neste setor de atividade e da caracterização das tarefas desenvolvidas, utilizando para tal o caso de um centro de investigação na área das Ciências Sociais, procura-se determinar os impactos do trabalho na saúde e bem-estar dos investigadores. Foram contempladas na análise as condições ergonómicas do trabalho e as percepções individuais sobre as mesmas. Os resultados permitiram uma melhor caracterização das tarefas realizadas e dos problemas e queixas associados. Concluiu-se que, apesar de os riscos não serem reconhecidos de imediato, os aspetos de natureza ergonómica e organizacional, constituem-se como a principal fonte de perigo para saúde dos investigadores.

Palavra-chave: trabalho académico, condições de trabalho; riscos laborais.

Abstract- This paper reflects on the occupational hazards in the intellectual and academic work. This kind of work is understood as covering teaching and researching activities in higher education. The recent changes observed in this sector have several impacts on the work and on the health and well-being of researchers. To better understand this impacts a case study was conducted in a social sciences research centre. This study examined the ergonomic working conditions and the individual perceptions about several organizational aspects. The results allowed a characterization of the tasks, problems and complaints associated. The paper concludes that the risks are related to the ergonomic aspects of the labour organization and that they are not immediately recognized.

Keywords: academic work; labour conditions; occupational hazards.

* Mestre em Sociologia e investigadora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. *Correspondência:* Colégio de S. Jerónimo, Largo de D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal. E-mail: <tmaneca@ces.uc.pt>.

Introdução

O sentido deste artigo é limitado, porque é também limitada a dimensão de investigação que aqui se apresenta. Num sentido amplo, discute-se a problemática dos riscos laborais no trabalho intelectual e académico, enquanto fenómeno complexo, pluricausal e com implicações na saúde e bem-estar dos trabalhadores. Num sentido restrito, apresentam-se alguns dos resultados de um estudo de caso desenvolvido num centro de investigação em Ciências Sociais, onde as questões discutidas teoricamente encontram terreno fértil de aplicação.

O trabalho, entendido como atividade humana que visa a prestação de serviços ou a produção de bens destinados a fazer face às necessidades do homem, é uma realidade que exige atenção e reflexão sobre as condições em que é realizado. Na actualidade é possível identificar alguns fatores que, estando associados à natureza do trabalho, influenciam a definição dos ambientes de trabalho e afetam as condições laborais. Por sua vez, a evolução tecnológica e as mudanças ocorridas nos mercados, nos processos de trabalho e na própria organização do trabalho, fizeram-se acompanhar de novos ambientes de trabalho, novas categorias profissionais e, conseqüentemente, novos riscos.

Os riscos laborais durante muito tempo estiveram, apenas, associados ao trabalho físico e ao antigo paradigma produtivo, sendo a segurança no trabalho vista como um tema que se relacionava com o uso de capacetes, botas, cintos de segurança ou uma série de outros equipamentos de protecção individual contra acidentes. Para contrariar esta ideia e mostrar que em qualquer trabalho há riscos, este artigo aborda a problemática dos riscos laborais no trabalho intelectual-académico, considerado como “leve e limpo”. Por trabalho intelectual e académico entende-se “aquele que usa o conhecimento abstrato para ajudar a pensar a ação em contexto” (CARIA, 2001, p. 74), que se ocupa com a problematização da prática e que exige um esforço mental denso, difícil de manter por longos períodos de tempo. Este processo produtivo envolve o uso constante das tecnologias digitais e de informação (CAVALCANTI, 1998), onde o computador aparece como marca e ferramenta dos designados “trabalhadores científicos”. (CAMPOS, 2011).

O trabalho com computadores, na base microeletrônica, é um fenómeno tipicamente característico dos últimos 20 anos, tendo alterado de maneira definitiva a forma como o homem passou a ver e a perceber o seu trabalho (SILVA; LIMA; COUTINHO; FIALHO 1998), sendo hoje parte integrante da maioria dos ambientes de trabalho. Porém, poucas são as pessoas que os sabem e usam correctamente. Neste novo contexto de trabalho, os riscos em matéria de saúde e bem-estar nem sempre são reconhecidos de imediato e com facilidade. A imposição de métodos de detecção e controlo de riscos em instituições de ensino e investigação não é uma ta-

refa fácil. Em geral, os sistemas de gestão nestas instituições são do tipo hierárquico: o pessoal docente/investigador ocupa os postos de responsabilidade e os profissionais não académicos – técnicos e pessoal administrativo – situam-se em patamares inferiores. Ao mesmo tempo, empregam-se, a tempo parcial, alunos recém-licenciados para desempenhar diversas funções (desde o ensino, investigação até à execução de pequenas tarefas administrativas), no contexto da relação mestre/aprendiz. Neste sistema, os investigadores com mais experiência desfrutam de uma autonomia relativa, controlando, normalmente, os seus próprios pressupostos, o desenho das instalações, as aquisições, a organização do trabalho e a contratação do pessoal (OIT, 2001). A flexibilidade de horários de trabalho neste “sector de actividade” permite, por um lado, um papel significativo na vida política e na ciência e, por outro, o recurso a longas jornadas de trabalho, ao trabalho noturno e ao fim de semana, gerando nos trabalhadores grandes pressões. Deste modo, o conjunto de riscos associados a este tipo de trabalho acaba por ser bastante amplo, ainda que dependendo das dimensões e carácter da instituição, do tipo de programas académicos oferecidos e da natureza das actividades de investigação.

O objetivo deste artigo é analisar o potencial de risco associado ao trabalho intelectual e académico através de um estudo de caso desenvolvido num centro de investigação em Ciências Sociais. A partir da análise e compreensão do tipo de tarefas realizadas pelos investigadores procura-se descortinar quais os riscos laborais presentes neste tipo de actividade. Na análise das condições de trabalho foi aplicada uma *check list* de análise ergonómica do trabalho, que contemplou o espaço de trabalho, as posturas, os conteúdos e alguns aspetos ambientais como a iluminação e o ruído. Para determinar os impactos do trabalho na saúde e bem-estar foi distribuído um questionário à totalidade dos investigadores. Os resultados permitiram uma melhor caracterização do tipo de tarefas e o levantamento dos principais problemas e queixas associadas a este tipo específico de trabalho.

1. Alteração no mundo do trabalho: da força à cabeça, do manual ao tecnológico

A humanidade tem-se estruturado, em grande parte, em função do conceito e experiência de trabalho enquanto parte fundamental da sua existência diária. Nas últimas décadas temos vindo a observar profundas mudanças na organização dos processos de trabalho, visando o aumento da produtividade e a redução dos custos – para que muito contribuiu a transnacionalização das relações económicas e sociais –, mas que não vêm acompanhados de melhorias nas condições de trabalho. Alguns autores afirmam que nos encontramos numa era de mudança de paradigma produtivo, com o fim do fordismo e a emergência do “pós-fordismo” (KOVACS;

CASTILLO, 1998). O novo rumo da economia encontra-se fundamentado no conhecimento. Hoje, o número de pessoas envolvidas em processos de pesquisa, de criação de novas técnicas ou de materialização de ideias tende a ser superior às que se encontram a trabalhar diretamente na produção física. Isto reflete o que muitos designam de transição de uma “sociedade industrial” para uma “sociedade do conhecimento” (CASTELLS, 2003; HARGREAVES, 2003), onde as tecnologias assumem um papel de destaque em todos os segmentos sociais e, consequentemente, no trabalho. No mundo do trabalho as tecnologias são consideradas ferramentas indispensáveis à construção do conhecimento (CASTELLS, 2002, p. 21) e pela primeira vez na história, a mente humana é uma força produtiva direta e não apenas um elemento decisivo do sistema de produção (CASTELLS, 2003, p.7).

De uma forma geral, as alterações na organização do trabalho e as mudanças ocorridas ao nível da estrutura empresarial, marcadas pela flexibilidade, não se traduziram em melhorias nas condições de trabalho (HESPANHA, 1997), pelo contrário têm contribuído para o aumento dos riscos a que os trabalhadores estão expostos. Dados da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho dão conta que os problemas relacionados com a saúde, o ritmo e horário de trabalho prevalecem entre os trabalhadores europeus. Estes problemas estão relacionados com os designados novos riscos, emergentes da modernização e da introdução de novas tecnologias, e representam não só a deterioração das condições de trabalho, mas também das condições de vida (PAOLI; MERLLIÉ, 2001).

2. O trabalho intelectual e académico: caracterização e contornos

O trabalho intelectual pode ser entendido enquanto trabalho de intermediação do conhecimento, que permite “identificar alternativas de ação para a inovação, introduzir preocupações acrescidas de eficácia e/ou eficiência ou legitimar à escala macrossocial os procedimentos e valores que enformam as decisões” (CARIA, 2001, p. 4). É o trabalho que se ocupa com a problematização da prática, sendo o seu resultado uma obra de pensamento” (ARANHA; MARTINS, 1998). Nesse sentido, os trabalhadores intelectuais são percebidos como um grupo profissional que, tendo uma qualificação escolar de nível superior, têm também uma autonomia em contexto de trabalho, resistindo às lógicas de racionalização burocrática ou taylorista do trabalho nas organizações (RODRIGUES, 1997, p. 66-67). Como mostra a Sociologia do Trabalho (FREIRE, 1993; STROOBANTS, 1993; BERNOUX, 1992), foram os processos históricos que separaram o trabalho manual e de execução, na indústria e nos serviços, do trabalho intelectual de concepção, organização e planificação da produção de bens ou da prestação de serviços.

A noção de profissional, tanto a literatura científica quanto na linguagem do senso comum sobre os grupos profissionais, na maior parte das situações sociais opõe-se à ideia de amador. Através desta oposição, a Sociologia das Profissões, por um lado, procurou evidenciar alguns dos traços do que caracteriza os grupos profissionais em trabalho intelectual, particularmente aqueles que começaram por se desenvolver como “profissões liberais” (CARIA, 2005). Por outro lado, a contribuição de Giddens (1994, p. 73-89), relativa à primeira fase da modernidade, mostra que a distinção entre profissional e amador passa, principalmente, por um fenómeno mais global, associado ao desenvolvimento de uma crença social de que o funcionamento estável e previsível do mundo depende do uso social da ciência e do trabalho destes grupos profissionais, já que estes definem a verdade do que acontece, como acontece e porque acontece, desvalorizando a reflexividade dos leigos/amadores.

Outra característica do trabalho intelectual é a sua autonomia, quer em relação às hierarquias das organizações (RODRIGUES, 1997), quer em relação à organização do próprio trabalho. Contudo, apesar da autonomia, estabelecem-se relações em espaços e tempos que permitem desenvolver conexões comunitárias entre pares ou aprendizes da profissão, mas também em termos hierárquicos.

O trabalho académico, parte integrante do trabalho intelectual, é entendido como o trabalho desenvolvido ao nível da docência e da investigação no ensino superior. É considerado um recurso fundamental para as instituições de ensino superior e desempenha um papel relevante na concretização da sua missão e dos seus objetivos. Apesar deste lugar de centralidade

as múltiplas mudanças e transformações, com incidência em diversos setores do mesmo, nomeadamente no ordenamento jurídico das instituições de ensino superior, na organização e gestão das mesmas, na avaliação e na prestação de contas, em mudanças na organização curricular das formações (FERREIRA; MACHADO; GOUVEIA, 2012, p. 129-130).

Não cabe aqui uma análise aprofundada destas mudanças, contudo importa referir que o trabalho académico é, hoje, influenciado por fatores que se fazem sentir sobre o desempenho das suas funções, como sejam a prestação de contas, a massificação, a deterioração das condições financeiras e os mecanismos de controlo da gestão (ALTBACH, 2003). Assiste-se à pressão dos organismos e agências financiadoras, quanto à apresentação de resultados, e à imposição de condicionalismos por parte das políticas públicas, quer em termos de regulação das carreiras, quer em termos de financiamento. Estas imposições condicionam a relativa autonomia que sempre caracterizou este tipo de trabalho (CABRITO, 2004; GRAÇA, 2009).

No atual contexto da “sociedade de informação”, as transformações que têm marcado o mundo do trabalho espelham-se também nas condições em que o trabalho intelectual é desenvolvido. Aquele que, como referem Antunes e Alves (2004), exerce o trabalho intelectual e académico passa por um complexo processo de estranhamento entre o trabalho vivo e a maquinaria informatizada. É neste sentido que alguns autores (BELLACASA, 2002; GILL, 2010) afirmam que na Europa se tem assistido, na última década, à alteração e degradação das condições de trabalho, tanto no ensino, quanto na investigação científica. Esta degradação passa pela extensificação (GILL, 2010; JARVIS; PRATT, 2006) e elastização (LYNCH, 2010) do tempo e espaço de realização do trabalho científico.

Perante o acentuado desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, qualquer local e momento pode servir para realizar atividades científicas e académicas. Neste sentido, os trabalhadores intelectuais como refere Pereira (2011, p. 08), utilizando o conceito de “fábrica sem paredes” de António Negri (1989), trabalham atualmente numa “academia sem paredes”, onde se dissolvem as fronteiras entre o tempo e espaço de trabalho e o tempo e espaço de lazer (ALVANOUDI, 2009; FANTONE, 2007). Deste modo, o trabalho intelectual que outrora significou liberdade e autonomia, hoje proletarizou-se, porque como lembram Antunes e Alves (2004) a empregabilidade passa a representar um “fetiche”, uma vez que o trabalhador deverá utilizar o seu tempo livre para se qualificar e preparar constantemente para trabalhar.

Também, a pressão pela produtividade gera uma intensificação dos ritmos de trabalho, que se pode traduzir em competitividade entre trabalhadores e instituições. Associada à exigência de excelência na produtividade, evidenciada pelo número de publicações, por exemplo, transformam o trabalho intelectual e académico numa mercadoria (FERREIRA; MACHADO, 2003). Ainda segundo estes autores, apesar da liberdade e autonomia no planeamento e organização do próprio trabalho, o clima de competição entre colegas, a deterioração das relações de colegialidade, a falta de apoio humano e material para a execução das tarefas administrativas são aspetos indiciadores da degradação as condições de trabalho. Tais aspetos conduzem ao aumento dos níveis de *stress* e comprometem a realização as atividades com a qualidade desejada.

3. O trabalho académico e científico em Portugal: breve contexto

O trabalho académico em Portugal tem sido marcado por diversas transformações que se têm traduzido numa progressiva precarização (PEREIRA, 2011, p. 3) e numa crescente concorrência imposta pelos requisitos de produtividade. Para se compreender os impactos destas transformações tem que se ter presente que a ideia de complementaridade entre ensino e

investigação está fortemente enraizada na tradição académica (DEEM, 2006; TEICHLER, 2012).

Em Portugal, o trabalho académico e científico encontra-se sob a tutela do Ministério para a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e é regulado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Recentemente foi alvo de múltiplas mudanças que incluem a Agenda de Bolonha, alterações do regime jurídico das instituições de ensino superior e alterações na carreira docente. Sendo a investigação indissociável do trabalho de docência, estas alterações acabam por ter um duplo impacto no trabalho académico, mas também em todas as outras atividades que contribuem, para a estratificação do tempo destes profissionais. Como referem Stoleroff e Patrício (1998), para além das atividades de docência e de investigação, as atividades de gestão e de direção das instituições e as tarefas de coordenação e de administração de projetos são parte integrante do trabalho académico e científico, e constituem-se como elementos de estratificação da profissão.

Em termos jurídicos este tipo de trabalho encontra regulamentação em diversos diplomas que vão desde o "Regime Jurídico das Instituições de Investigação", ao "Estatuto da Carreira de Investigação Científica" até ao "Estatuto da Carreira Docente Universitária". No que diz respeito ao tipo de instituições são definidas três espécies: laboratórios do Estado, instituições particulares de investigação e outras instituições de investigação. Para além da regulação do tipo de carreira e de instituição, são ainda definidas, juridicamente, as regras de gestão de recursos humanos, as modalidades contratuais e os métodos de recrutamento. Verifica-se, assim, uma estreita relação entre o Estado e a profissão científica, quer por via da regulação da profissão, quer pela dependência em termos financeiros. Esta relação e dependência, mostrada pelos trabalhos de Carapinheiro e Amâncio (1998) e de Campos (2011), são consideradas como fatores que não permitem que esta profissão resista às tendências precarizantes em curso.

Em 2009 e 2010 foram introduzidas alterações ao Estatuto da Carreira Docente, que mantiveram a ideia que o ensino e a investigação são atividades centrais na carreira docente. Esta reestruturação acontece num momento marcado pelas tendências de institucionalização de modelos de avaliação, através de lógicas de performatividade (BALL, 2003), e de cortes no financiamento público, e que poderá agravar as condições de trabalho dos trabalhadores científicos. Este agravamento, de acordo com o trabalho desenvolvido por Campos (2011), constitui-se como uma tendência em crescente precariedade.

4. Da mente ao corpo: o trabalho num centro de investigação em Ciências Sociais

O centro de investigação em Ciências Sociais estudado enquadra-se dentro das instituições públicas de investigação, encontra-se inserido

numa instituição de ensino superior e conta com mais de vinte anos de existência. Ao longo deste período muitas foram as transformações ocorridas, quer em termos das suas instalações, quer em termos de recursos humanos. Em termos de espaço, importa salientar o alargamento das instalações, nomeadamente do número de salas destinadas ao trabalho de investigação. Este alargamento está indubitavelmente correlacionado ao aumento do número de investigadores, mas também do pessoal administrativo.

A atividade desenvolvida nesta instituição prende-se com a investigação na área das Ciências Sociais, conciliando ainda atividades de formação. Da mesma forma que desenvolve projetos de investigação em diversas áreas sociais oferece, também, cursos e programas de formação (de curta e média duração), e ainda a realização de seminários, conferências e colóquios. Esta dupla atividade, investigação e formação, é assegurada e conjugada com algum trabalho administrativo – secretariado, gestão e contabilidade, apoio administrativo e informático e assessoria à publicação. O seu horário normal de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 9:30h às 18:00h. Na prática, porém, é habitual encontrar colaboradores nas instalações, quer após as 18:00h, quer ao fim de semana. Para além dos investigadores e funcionários é, também, frequente encontrar outros investigadores visitantes e estudantes. Neste sentido, as pessoas que utilizam as instalações são diversas e apresentam características bastante distintas.

A análise das funções desempenhadas permitiu verificar que, independentemente do tipo de tarefa (entrada de dados; pesquisa de dados em páginas web; conversação ou interação comunicativa e processamento de texto), a generalidade dos trabalhadores executa as suas tarefas numa posição sentada e em frente a um computador, o que implica o uso continuado do teclado, do monitor e do rato, e com a visão, na maioria das vezes, dirigida para um documento-fonte. Este trabalho pela sua forma em muito se assemelha ao trabalho em escritório. A diferença reside no conteúdo e nas exigências próprias do que se pode designar ou considerar como um trabalho intelectual/científico ou académico. Essencialmente este é um trabalho que precisa e produz informação, utilizando para tal, o uso constante de habilidades mentais. Caracteriza-se, ainda, por uma elevada responsabilidade e uma exigência constante de qualificação profissional.

Estar sentado é uma das posturas mais frequentes na maioria das atividades, quer sejam de aprendizagem e trabalho, quer sejam de ócio e de descanso. De facto, grande parte dos adultos trabalha em tarefas sedentárias, não apenas relacionadas com o trabalho administrativo ou de escritório, mas também em inúmeros postos da indústria e do transporte. Ora, muitos dos trabalhos que se realizam nesta posição supõem a exposição a um tipo de carga física que afecta a saúde e o bem-estar dos trabalhadores. Ele é também um trabalho estático. Isto porque, ao ser desenvolvido na posição sentada, pressupõe um estado prolongado de contracção dos músculos, o que em geral implica uma certa imobilidade. Esta postura de

trabalho ultrapassa, assim, a mera posição que se adota para comer, conversar ou até mesmo relaxar.

A análise dos diferentes postos de trabalho permitiu verificar a sua adequação e a dos equipamentos ao tipo de tarefas desempenhadas. Os equipamentos de trabalho, nomeadamente, as secretárias, cadeiras e computadores, apesar de padronizados, não podendo adequar-se às características individuais de cada trabalhador, permitiam mobilidade e espaço suficientes. A atividade física geral revelou-se pequena e regulada pelo trabalhador, o que parece ser revelador da autonomia presente nesta atividade. Neste sentido, constatou-se que os riscos em matéria de saúde e bem-estar para este tipo de trabalhadores nem sempre são reconhecidos de imediato e com facilidade.

Apesar da atenção dada, nas últimas décadas, aos efeitos do trabalho com computadores na saúde e bem-estar dos utilizadores, a imposição de métodos de deteção e controlo de riscos para a saúde em instituições de ensino e investigação não é uma tarefa fácil, não só porque o conjunto de riscos pode ser bastante amplo, dependente das dimensões e carácter da instituição, do tipo de programas académicos oferecido e da natureza das atividades de investigação, mas porque, como já referido, os sistemas de gestão nestas instituições são do tipo hierárquico, cabendo aos investigadores com mais experiência a organização do trabalho e até mesmo o desenho das instalações (OIT, 2001).

Deste modo, apesar dos aspetos ergonómicos dos ecrãs, teclados e ambiente da mesa de trabalho serem objeto de regulamentação em Portugal, eles parecem ser desconhecidos. De notar que a maioria dos trabalhadores desconhecia as prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor, plasmadas no Decreto-Lei nº 349/93, de 1 de outubro, e na Portaria nº 989/93, de 6 de outubro. Estes diplomas encerram em si um conjunto de orientações para a conceção ou adaptação dos locais de trabalho com equipamentos dotados de visor¹, integrando especificações e exigências com vista a prevenir riscos profissionais e a garantir a proteção da saúde. A título de exemplo, é de referir que as principais orientações reportam-se, por um lado, às obrigações do empregador (art. 6º do D.L nº 349/93, de 1 de outubro) e, por outro, às prescrições mínimas relativas às características dos equipamentos, reguladas pela Portaria nº 989/93, de 6 de outubro, que contemplam a definição das características relativas aos visores, teclados, mesas de trabalho e cadeiras de trabalho, assim como as condições dos espaços de trabalho (iluminação, ruído e temperatura) e a relação entre computador e trabalhador. Cabe referir, ainda, que todos os trabalhadores antes de ocuparem pela primeira vez um posto de trabalho, dotado de visor, de-

¹ Entende-se como visor, um ecrã alfanumérico ou gráfico, seja qual for o processo de representação visual utilizado (alínea a) do artigo 3.º, D.L. 349/93), sendo que estes não devem constituir fonte de risco para a saúde e segurança dos trabalhadores (art. 4.º).

vem ser sujeitos a um exame médico adequado aos olhos e à visão (nº 1, art. 7º, do D.L. D.L nº 349/93, de 1 de outubro), realidade presente no centro. E sempre que os resultados dos exames médicos o exigirem e os dispositivos normais de correcção não puderem ser utilizados, devem ser facultados aos trabalhadores dispositivos especiais de correcção (nº 3, art. 7º do D.L nº 349/93, de 1 de outubro).

4.1. Afinal onde se escondem os riscos?

A constatação dos perigos e riscos para a saúde e bem-estar dos trabalhadores presentes no trabalho académico e científico, para além de plasmada na regulamentação jurídica, é, também, uma preocupação que tem sido identificada em diversos estudos (JÚDICE, 2000; MORAIS, 1994). Desde logo, dá-se atenção aos problemas relacionados com as posturas, uma vez que os investigadores ao trabalharem sentados estão sujeitos a uma sobrecarga mecânica nas articulações dos membros superiores e inferiores e tecidos envolventes (MIGUEL, 2001). Neste sentido, não causou estranheza que a maioria dos investigadores apresentasse queixas ao nível da musculatura, especialmente ombros, pescoço, mãos e pulsos. As dores nas costas e nas pernas foram também problemas identificados.

Este tipo de problema, como refere Miguel (2001), aparece frequentemente associado à adopção de posturas inadequadas e à falta de movimentos que, na maioria dos casos, é agravado pela intensidade do uso do computador, pelo intervalo de tempo que o trabalhador mantém na mesma postura e pelo desenho da mesa de trabalho. Assim, facilmente se compreende que “um trabalho intelectual pode revelar-se mais patogénico que um trabalho manual” (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 1994, p. 31), onde as lesões por esforços repetitivos, designadas em Portugal por “*lesões músculo-esqueléticas ligadas ao trabalho*”, são bastante comuns. Apesar deste tipo de lesões estar associado ao trabalho executado em escritórios, constatou-se que estão também presentes no trabalho académico e de investigação.

Foi igualmente possível identificar um conjunto de problemas relacionados com fatores psicossociais do trabalho, ou seja, com a percepção que os trabalhadores têm dos fatores organizacionais (forma como trabalho está organizado, supervisionado e efetuado). No caso concreto em estudo, entenderam-se como fatores organizacionais as considerações associadas à carreira, os horários de trabalho, as horas suplementares e o ritmo de trabalho. Como demonstrado na literatura, a intensificação do trabalho, a pressão com o cumprimento de metas e prazos definidos pelos financiadores, a existência de um horário de trabalho alargado, as horas extraordinárias não são pagas, os vínculos contratuais precários e a incerteza quanto ao futuro podem ter impactos profundos na vida profissional dos investigadores (FANTONE, 2007), mas também na vida pessoal e emocional. Este tipo de

fatores e condições são geradores de insatisfação (FERREIRA; MACHADO; GOUVEIA, 2012), mas também de *stress*.

Apesar de o centro de investigação apresentar uma realidade bastante diversa em termos de relações de trabalho e categorias profissionais, com investigadores contratados, bolseiros e tarefeiros, o prolongamento do trabalho em horário noturno e ao fim de semana, sem a correspondente recompensa monetária, são uma prática constante independentemente da posição do investigador em termos organizacionais. Se a estes aspectos se associarem as exigências cognitivas das tarefas realizadas e a concentração requerida percebe-se as razões pelas quais os investigadores apontaram os horários e ritmos de trabalho com os elementos geradores de maiores tensões e *stress* laboral.

A este propósito convém recordar que os factores organizacionais associados à percepção que os trabalhadores têm sobre o trabalho que desempenham poderão revelar-se como prejudiciais à sua saúde. Se a percepção que o operador tem sobre o trabalho que desempenha for negativa, poder-se-á assistir a reacções psicológicas e fisiológicas que podem dar lugar a problemas físicos, como a tensão muscular. Podem, ainda, provocar comportamentos inadequados no trabalho, como a utilização de modos operatórios incorrectos nomeadamente, o emprego de força excessiva para realizar uma tarefa ou negligenciar o repouso quando da instalação de fadiga (MIGUEL, 2001).

Em jeito de síntese, pode afirmar-se que através da análise dos postos de trabalho e das tarefas executadas constatou-se que os principais riscos a que os investigadores estão expostos, especialmente no caso concreto do centro de investigação em estudo, são, essencialmente, de natureza ergonómica, mas reveladores de grandes exigências cognitivas e físicas impostas pelos contextos atuais de profissionalismo e competitividade.

Considerações finais

O ensino superior e as suas instituições são hoje confrontados com pressões, mudanças e incertezas que se devem a múltiplos factores, e que se refletem em diversos domínios. Após um período de forte crescimento do ensino superior, os académicos e investigadores experienciam, atualmente, situações de empregabilidade mais frágeis do que no passado recente e, ao mesmo tempo, com mais concorrentes para os mesmos lugares. É num quadro de incerteza que se perspectiva o futuro próximo dos académicos e dos investigadores no Ensino Superior, em particular, em Portugal.

O uso das tecnologias embora tenha contribuído para abreviar tempos, encurtar distâncias e apresente vantagens relativas ao fácil acesso a bases de informação e *softwares* para tratamento dos dados da pesquisa representa, também, alguns danos não só para a saúde do investigador

como para a sua vida pessoal. As tecnologias, ao permitirem o esbatimento do espaço-tempo de trabalho, “obrigam” os investigadores a estar disponíveis a qualquer hora e em qualquer local.

Todas estas questões, no caso concreto do trabalho intelectual e académico, exigem uma “visão cada vez mais global e integrada da realidade do trabalho criando campos de ação que levarão, inevitavelmente, ao reexame das relações entre trabalho, trabalhador e produtividade” (LUCENA, 1990, p. 55). Sendo que é nestas relações que se escondem os riscos laborais.

Apesar de no contexto académico os riscos para a saúde e bem-estar nem sempre serem reconhecidos de imediato, impõe-se às instituições que implementem métodos de identificação e controlo. Para minimizar estes riscos, importa não só conhecer em profundidade o tipo de tarefas realizadas e o seu ambiente de trabalho, mas também as expectativas dos próprios trabalhadores em relação ao seu futuro profissional. Deste modo, é necessário que as instituições tenham capacidade, por um lado, de sensibilização dos trabalhadores para os riscos laborais, e, por outro, de incorporar a ergonomia como ferramenta de estudo e análise, para melhor identificarem as cargas a que os trabalhadores estão expostos quotidianamente.

Para que tal aconteça, as instituições não poderão preocupar-se, única e exclusivamente, com as questões da produtividade e do financiamento, deverão ter em consideração aspetos relacionados com a organização do trabalho e com a satisfação dos seus colaboradores. Um trabalho aparentemente leve e limpo, que outrora fora apelidado de “sem riscos”, como é o caso de trabalho académico e científico, apresenta, na verdade, um conjunto vários de possíveis problemas para a saúde e bem-estar dos trabalhadores, porém não é o trabalho que faz mal ao trabalhador, é o modo como ele o realiza.

Referências

- ALTBACH, P.G. (Ed.) *The decline of the GURU: the academic profession in the third world*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003.
- ALVANOUDI, A. Teaching gender in the neoliberal University. In: GRONOLD, D.; HIPFL, B.; LUND PEDERSON, L. (Eds.). *Teaching with the third wave: new feminists' explorations of teaching and institutional contexts*. Utrecht: Athena, 2009.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*, 25 (87), 2004, p. 335-351.
- ARANHA, M.L.A.; MARTINS, M.H.P. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Ed. Moderna, 1998.
- BALL, S.J. The teacher's soul and the terrors of performativity. *Journal of education policy*, 18 (2), 2003, p. 215-228.
- BELLACASA, M.P. Flexible girls: a position paper on feminist generational politics. In: PASSERINI, L. E LYON, D. (Eds.). *Gender studies in Europe*. Florence, European Institute, 2002.
- BERNOUX, P. *La Sociologie des entreprises*, Paris: Seuil, 1992.
- CABRITO, B.G. O financiamento do ensino superior em Portugal: entre o Estado e o mercado. *Educação e Sociedade*, 25(88), 2004, p. 977-996.
- CAMPOS, A. *O trabalho qualificado escapa à precariedade? Um estudo de caso da profissão científica*. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.
- CARAPINHEIRO, G.; AMÂNCIO, L. A ciência como profissão. In: JESUÍNO, J. (Org.). *A comunidade científica portuguesa nos finais do século XX*. Oeiras: Celta editora, 1998.
- CARIA, T. (org.). *Saber profissional*. Coimbra: Almedina, 2005.
- CARIA, T. A universidade e a recontextualização profissional do conhecimento abstrato. *Cadernos de Ciências Sociais*, 21-22, 2001, p. 71-85.
- CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste de Gulbenkian, 2002
- _____. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- CAVALCANTI, C. P. N. *Saúde, trabalho e medicina: um estudo sobre a formação médica na perspectiva da saúde relacionada aos processos produtivos*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.

DEEM, R. Conceptions of contemporary European universities: to do research or not do research? *European Journal of Education*, 41(2), 2006, p. 281-304.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. A carga psíquica do trabalho. In: *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*, São Paulo: Atlas, 1994.

FANTONE, L. Precarious changes: gender and generational politics in contemporary. *Feminist Review*, 87, 2007, p. 5-20.

FERREIRA, J. B.; MACHADO, M. L; GOUVEIA, O. A (in)satisfação dos acadêmicos no ensino superior. *Educação, Sociedade e Cultura*, 37, 2012, p. 129-139.

FERREIRA, J.B.; MACHADO, M.L. Insatisfações dos acadêmicos no ensino superior. *II Conferência Internacional Investigação e Práticas em Contextos de Educação*, Livro de Atas. Leiria: IPL, p. 26-33, 2003.

FREIRE, J. *Sociologia do trabalho: uma introdução*. Porto, Edições Afrontamento, 1993.

PAOLI, P.; MERLLIÉ, D. *Third European Survey on Working Conditions, 2000*. European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2001.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta Editora, 1994.

GILL, R. Breaking the silence: the hidden injuries of the neoliberal university. In: RYAN-FLOOD, R. E GILL, R. (Eds.). *Secrecy and silence in the research process: feminist reflections*. Abingdon: Routledge, 2010.

GRAÇA, V. Sobre o financiamento da educação: condicionantes globais e realidades nacionais. *Revista Lusófono de Educação*, 13, 2009, p. 49-80.

HARGREAVES, A. *O ensino na sociedade do conhecimento: a educação na era da insegurança*, Porto: Porto Editora, 2003.

HESPANHA, P. The dynamics of globalization social crisis and conflict in Portuguese Rural Areas. *International journal of sociology of agriculture and food*, 6, 1997, p. 11-24.

JARVIS, H.; PRATT, A.C. Bringing it all back home: the extensification and "overflowing" of work: the case of San Francisco's New Media Households. *Geoforum*, 37(3), 2006, p. 331-339.

JÚDICE, M.O. *Contribuições da Ergonomia para projetos de concepção de espaços de trabalho em escritórios*. Tese (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia: Universidade de Brasília, 2000.

KOVÁCS, I.; CASTILLO, J. J. *Novos modelos de produção, trabalho e pessoas*. Oeiras: Celta Editora, 1998.

LUCENA, M.D.S. *Planejamento de recursos humanos*. São Paulo: Editora Atlas, 1990.

LYNCH, K. Carelessness: A hidden doxa of higher education. *Arts and humanities in higher education*, 9(1), 2010, 54-67.

MIGUEL, A.S. *Manual de higiene e segurança no trabalho*. Porto: Porto Editora, 2001.

MORAIS, A. (org.). Diagnóstico das condições de trabalho em centros de transcrição de dados e projeto ergonômico para uma estação de trabalho. *P&D Design*, 2(2), 1994, p. 43-54.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Enciclopédia de saúde e segurança no trabalho*. Genebra: OIT, 2001.

PEREIRA, M. M. Ativismo na «academia sem paredes»: (im)possibilidades de intervenção política em tempos de performatividade e precariedade. *LES Online*, 3(1), 2011, p. 3-13.

RODRIGUES, M. L. *Sociologia das profissões*, Oeiras: Celta, 1997.

SILVA, L.B.; LIMA, M.B.F.; COUTINHO, A.S.; FIALHO, F.A.P. Uma análise experimental ao nível de insatisfação térmica em ambientes com VDT. In: *Encontro Nacional de Engenharia de Produção*. Brasil: Niteroi, 1998.

STOLEROFF, A.; PATRÍCIO, M.T. A prática científica. In: JESUÍNO, J. (Ed.). *A comunidade científica portuguesa nos finais do séc. XX*. Oeiras: Celta Editora, 1998, p. 13-32.

STROOBANTS, M. *Savoir-faire et compétences au travail*. Bruxelles: Ed. Université de Bruxelles, 1993.

TEICHLER, U. *Teaching versus researching: the vulnerable balance*. Contribution to the seminar challenges and options: the academic profession in Europe. Porto: Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior, 2012.

WEEDMEESTER, B. *Ergonomia prática*. São Paulo: Editora Edgard Bücher Lda., 1995.